



A HISTÓRIA E A CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS: A efetivação da Lei nº 11.645/2008 no livro didático de História

SCHNEIDER, Ana Paula Rossaci ¹
SARAVALI, Eliane Giachetto ²

RESUMO:

A pesquisa analisa como a história e a cultura dos povos indígenas são apresentadas no livro didático de História adotado no ensino médio do IFRO, tomando como referência as diretrizes da Lei nº 11.645/2008 e o debate sobre educação das relações étnico-raciais. Parte do pressuposto de que o livro didático exerce papel central na mediação do conhecimento histórico escolar e na construção de representações sociais, o que torna fundamental examinar a forma como os povos indígenas são abordados nesse material. Adotou-se a abordagem qualitativa, configurada como estudo de caso, tendo sido analisado o livro selecionado pelo PNLD (2026–2029), volume único destinado aos três anos do ensino médio. A investigação utilizou análise documental e análise de conteúdo, considerando como critério as determinações da Lei nº 11.645/2008. Observamos que a temática indígena aparece de maneira concentrada, principalmente no contexto da conquista e colonização, com inserções pontuais em outras unidades. Encontramos referências à contemporaneidade e ao protagonismo indígena, bem como propostas de atividades reflexivas, entretanto, identificamos lacunas quanto à transversalidade e ao aprofundamento da temática ao longo do livro. Os resultados indicam avanços na ampliação das perspectivas históricas, mas demonstram que a efetivação da Lei nº 11.645/2008 ainda demanda maior integração curricular, revisão de materiais didáticos, formação docente e a priorização de materiais elaborados com a participação de autores e intelectuais indígenas por parte do PNLD, a fim de consolidar uma abordagem intercultural que reconheça os povos indígenas como sujeitos constitutivos da história do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: povos indígenas; lei nº 11.645/08; livro didático; instituto federal de Rondônia.

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 11.645/2008 representa um marco significativo na consolidação das políticas de educação das relações étnico-raciais no Brasil. Ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a normativa tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, ana.schneider@unesp.br;

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, eliane.g.saravali@unesp.br.



em todo o currículo da educação básica, reafirmando o compromisso do Estado com o reconhecimento da diversidade étnica que compõe a sociedade brasileira. A legislação amplia o objetivo anteriormente estabelecido pela Lei nº 10.639/2003, incorporando de forma explícita a temática indígena como componente estruturante da formação escolar.

Nesse contexto, a obrigatoriedade legal impõe às instituições de ensino o desafio de superar abordagens pontuais ou estereotipadas, garantindo a inserção qualificada e transversal da história e da cultura dos povos indígenas no currículo. A efetivação dessa normativa, contudo, não se limita à prescrição legal, mas depende da materialização dos conteúdos nos instrumentos pedagógicos que orientam a prática docente, entre os quais o livro didático ocupa posição central. No ensino médio, especialmente, o livro didático constitui importante mediador curricular, organizando conteúdos, definindo recortes históricos, selecionando imagens e propondo atividades que influenciam diretamente a construção de saberes e representações sobre os povos indígenas.

A análise do livro didático torna-se ainda mais relevante no contexto do ensino profissionalizante, no qual a formação técnica articula-se à formação geral, exigindo uma abordagem crítica e contextualizada das questões sociais e históricas. No âmbito do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), instituição que integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e atua em um estado marcado por significativa diversidade indígena, investigar como a Lei nº 11.645/2008 se materializa no livro didático de História assume especial importância. Tal análise permite compreender em que medida a normativa é efetivamente incorporada ao currículo e como contribui ou não para a construção de uma educação comprometida com o reconhecimento, a valorização e o respeito aos povos indígenas no ensino médio profissionalizante.

Diante do marco legal instituído pela Lei nº 11.645/2008, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: como a história e a cultura dos povos indígenas são apresentadas no livro didático de História utilizado no ensino médio do IFRO? Busca-se, ainda, compreender se a abordagem adotada no material atende às diretrizes estabelecidas pela referida legislação, especialmente no que se refere à



obrigatoriedade da inserção qualificada e transversal da temática indígena no currículo da educação básica. A partir desse questionamento, o objetivo do estudo consiste em analisar de que forma a história e a cultura dos povos indígenas estão apresentadas no livro didático de História adotado no ensino médio do IFRO, tomando como referência os princípios e determinações da Lei nº 11.645/2008.

A investigação justifica-se pela relevância social e educacional da efetivação dessa legislação, que representa um avanço no reconhecimento da diversidade étnica brasileira e na promoção da educação das relações étnico-raciais. Considerando que o livro didático exerce papel central na organização do currículo e na formação de percepções históricas entre os estudantes, torna-se fundamental examinar como os povos indígenas são representados nesse material. Ao problematizar a relação entre normativa e prática curricular, o estudo contribui para o debate sobre currículo, diversidade e inclusão no ensino médio, especialmente no âmbito da educação profissional, fortalecendo reflexões acerca da construção de uma formação escolar mais crítica, plural e socialmente comprometida.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de abordagem qualitativa, por concentrar-se na análise do livro didático de História adotado no ensino médio do IFRO, considerando suas especificidades institucionais e curriculares. O corpus da investigação é constituído pelo livro didático selecionado no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), referente ao ciclo 2026–2029, em volume único, adotado pela instituição. A escolha desse material justifica-se por sua centralidade como instrumento de organização do currículo prescrito e por sua influência direta nas práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino médio profissionalizante.

Os procedimentos metodológicos envolveram a análise de documentos, utilizando o livro didático como fonte primária de pesquisa. A análise foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, como critérios de avaliação, utilizaram-se as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.645/2008, verificando-se em que medida o material contempla a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena de forma crítica, contextualizada e articulada ao currículo.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O livro didático de História analisado integra o conjunto de obras disponibilizadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e foi publicado pela Editora Ática, em volume único, destinado aos três anos do Ensino Médio. De autoria de Adriana Machado Dias e Marco Pellegrini, a obra está inserida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O material é adotado oficialmente pela instituição, distribuído aos estudantes e disponibilizado nas bibliotecas de todos os campi do Instituto Federal de Rondônia, constituindo-se como referência para o desenvolvimento das atividades pedagógicas na disciplina de História.

O livro didático analisado está organizado em nove unidades, distribuídas em dezoito capítulos. Na parte introdutória do livro (p.12) que trata sobre “Estudar História” é exposta uma imagem de uma jovem indígena fotografando uma manifestação na Esplanada dos Ministérios em Brasília, no ano de 2023, na página seguinte estão dispostas três perguntas abertas e dissertativas sobre a imagem. A temática referente à história e à cultura dos povos indígenas aparece de forma direta na Unidade 4, intitulada “Povos da América e Colonização”, especificamente no Capítulo 8, que aborda as “Invasões e Colonização da América”. Trata-se do único capítulo que contempla explicitamente a temática indígena.

A Unidade 4, composta pelos Capítulos 7 e 8, apresenta em sua página de abertura (p. 153) uma fotografia de indígenas da etnia Kuikuro durante o ritual Jawari, dedicado a guerreiros mortos, realizada no Parque Indígena do Xingu, em Gaúcha do Norte (MT), no ano de 2023. A imagem é acompanhada de uma atividade que propõe reflexão acerca da importância da preservação da identidade cultural indígena, sinalizando uma abordagem inicial que reconhece a contemporaneidade desses povos. Contudo, essa inserção aparece de forma introdutória, sem necessariamente garantir aprofundamento ao longo da unidade.

No Capítulo 7, apenas duas páginas (157 e 158) fazem referência direta à temática indígena, ao tratar dos “Primeiros habitantes do Brasil” e apresentar o conceito de paleoindígenas. O conteúdo é acompanhado de uma questão



interpretativa e da indicação da obra *A terra de mil povos* (2020), de autoria do escritor indígena Kaká Werá Jecupé, o que representa um avanço ao incluir produção indígena como referência complementar. Na seção “Galeria de atividades”, das quatro questões propostas, apenas uma, de caráter aberto e dissertativo, relaciona-se aos paleoindígenas. Já na seção “Enem e vestibulares”, composta por três questões, nenhuma aborda a temática indígena, evidenciando que, embora haja menção ao tema no conteúdo expositivo, sua presença nas atividades preparatórias para avaliações externas permanece limitada.

No Capítulo 8, a abordagem da temática indígena apresenta maior densidade, contemplando diferentes aspectos do processo de colonização e das dinâmicas de resistência. São discutidos os seguintes tópicos: “Resistência e genocídio indígena” (p. 170), “Espanhóis na América” (p. 171), “Choque de culturas” (p. 172), “Mineração – formas de exploração do trabalho” (p. 173) e “Resistência indígena na América espanhola” (p. 174), este último acompanhado de quatro questões abertas e dissertativas. Na sequência, são abordados os temas “Brasil, terra indígena” (p. 175), “Invasão e exploração dos territórios indígenas – Pau-brasil” (p. 176) e “Colonização das terras indígenas – Catequização dos indígenas” (p. 177), sendo este conteúdo também acompanhado de duas questões abertas dissertativas.

O capítulo encerra-se com a seção “Internet e protagonismo indígena” (p. 178), que introduz a discussão sobre a atuação contemporânea dos povos indígenas nos meios digitais. Na página seguinte (p. 179), são propostas três atividades: duas questões abertas dissertativas e uma atividade de pesquisa voltada ao levantamento de podcasts, blogs e vlogs produzidos por indígenas, com posterior produção de uma nota opinativa e compartilhamento dos materiais selecionados nas redes sociais da comunidade escolar. Na seção “Enem e vestibulares”, composta por três questões, apenas uma contempla diretamente a temática indígena. Observa-se, assim, que o capítulo amplia a discussão para além do período colonial, incluindo elementos de protagonismo contemporâneo, embora a presença da temática ainda se concentre majoritariamente no contexto da colonização.



Na Unidade 5, especificamente no Capítulo 9, a temática indígena aparece de forma pontual na página 192, ao mencionar o papel da indígena Pocahontas no contexto do processo de invasão e colonização da América do Norte. Trata-se de uma referência breve, inserida no debate sobre a expansão europeia no continente, sem aprofundamento sobre as dinâmicas sociopolíticas mais amplas envolvendo os povos originários daquela região. A presença da temática, nesse caso, reforça a tendência de vincular os indígenas predominantemente ao período colonial.

Na Unidade 9, intitulada “Brasil contemporâneo”, observa-se uma abordagem voltada ao contexto político recente, com a inserção de uma fotografia que retrata a participação de lideranças indígenas na sessão de votação do capítulo dos Direitos Indígenas durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, no Congresso Nacional, em Brasília (p. 369). A imagem é acompanhada de duas questões abertas e dissertativas relacionadas ao assunto.

Já no Capítulo 18, “Superação das Violências”, são abordados temas como “Povos e comunidades tradicionais” (p. 401) e “Respeito pela identidade cultural” (p. 402), acompanhados de duas atividades abertas. Na página 403, é apresentada a pintura da artista indígena Carmézia Emiliano (1960), da etnia Macuxi, representando a lenda de Wazaká (Árvore da Vida), associada à origem do Monte Roraima. A obra é explorada por meio de três questões, duas dissertativas sobre a interpretação da pintura e uma atividade de pesquisa sobre a lenda para produção textual com análise do mito e dos elementos representados na pintura. Esses elementos indicam a presença de referências à contemporaneidade e à produção cultural indígena, ainda que distribuídas de maneira fragmentada ao longo do livro.

O livro, destinado aos três anos do ensino médio e composto por 416 páginas, aborda a temática indígena em apenas 20 páginas, sendo que o assunto é tratado de forma direta em somente um capítulo. A distribuição do conteúdo evidencia uma inserção pontual e concentrada da temática indígena, predominantemente associada ao período da conquista e colonização. Tal organização dialoga com a crítica apresentada por Bittencourt (1997), ao afirmar que, nos livros didáticos, os grupos indígenas costumam ser mencionados sobretudo no início do processo colonial, na fase da conquista, reaparecendo posteriormente apenas em discussões



contemporâneas relacionadas à demarcação de terras. Essa estrutura tende a reforçar uma narrativa histórica que limita a presença indígena a momentos específicos, contribuindo para sua invisibilização ao longo de outros períodos históricos.

Dessa forma, a organização do conteúdo no livro analisado demonstra uma abordagem ainda limitada e historicamente definida da temática indígena, abordando recortes específicos e pouco articulados com a narrativa histórica. Essa configuração dificulta a construção de uma compreensão mais abrangente sobre a presença contínua, dinâmica e contemporânea dos povos indígenas na sociedade brasileira. Consequentemente, essa limitação fragiliza a efetivação dos princípios estabelecidos pela Lei nº 11.645/2008, ao não assegurar uma inserção transversal, crítica e consistente da história e da cultura indígena ao longo de toda a proposta curricular.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que, embora o material contemple a temática indígena e apresente alguns avanços em relação a abordagens exclusivamente folclorizadas ou restritas ao passado, sua inserção ocorre de maneira concentrada e pouco transversal ao longo da obra. Assim, observa-se um distanciamento entre a prescrição normativa e sua efetiva materialização no currículo no livro pesquisado.

Entre os avanços identificados, destacam-se a inclusão de referências à contemporaneidade indígena, a valorização de produções culturais, como a pintura de artista indígena e a indicação de obra de autoria indígena, bem como a proposição de atividades que incentivam a reflexão e o reconhecimento do protagonismo indígena nos espaços políticos e digitais. Tais elementos sinalizam um movimento de ampliação das perspectivas históricas e dialogam com os pressupostos da educação das relações étnico-raciais. Nessa direção, Maria Regina Celestino de Almeida (2017, p.18), ao retomar reflexão de John Manuel Monteiro (1995, p.228), destaca que:

Quando os índios forem considerados sujeitos históricos e os múltiplos processos de interação entre suas sociedades e as populações que surgiram com a colonização europeia forem recuperados, “páginas inteiras



da história do país serão reescritas; e ao futuro dos índios reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista”.

Entretanto, passados três décadas das reflexões de Monteiro e mais de quinze anos da promulgação da Lei nº 11.645/2008, persistem lacunas significativas na abordagem da temática indígena nos livros didáticos. No material analisado a abordagem concentra-se principalmente no período da conquista e colonização, limitando a presença indígena a recortes históricos específicos, com inserções pontuais em outros momentos. Essa organização reforça uma narrativa fragmentada, que dificulta a compreensão da continuidade histórica, da diversidade sociocultural e das múltiplas formas de existência indígena na contemporaneidade. Desse modo para a efetivação plena da Lei nº 11.645/2008 demanda maior transversalidade, aprofundamento da temática e articulação com os diferentes períodos históricos.

No contexto do IFRO, instituição situada em um estado marcado por ampla diversidade étnica indígena, tais resultados trazem implicações diretas para a prática docente. O livro didático, embora central na organização do trabalho pedagógico, não pode ser tomado como única referência para a abordagem da temática. Torna-se necessário que os docentes desenvolvam estratégias complementares, incorporem outras fontes, promovam o diálogo com produções indígenas e contextualizem os conteúdos à realidade regional. Pois conforme aponta Dantas (2018, p.8) “o livro sempre vai ser um elemento norteador para o ensino, e o seu uso depende da finalidade que o educador vai utilizar em suas práxis em sua sala de aula com seus alunos, realizando um trabalho de maneira consciente e mais clara possível desencadeando cidadãos críticos e participantes da história”. Isso demanda uma formação contínua docente voltada à educação intercultural e às epistemologias indígenas, de modo a superar abordagens superficiais ou meramente informativas.

Os achados apontam para a necessidade de revisão curricular que assegure maior integração da temática indígena ao longo de todo o percurso formativo no ensino médio profissionalizante. A consolidação de uma educação comprometida com a diversidade não se restringe ao cumprimento formal da legislação, mas implica transformação das narrativas históricas, ampliação das vozes representadas no currículo e construção de práticas pedagógicas que reconheçam os povos



indígenas como sujeitos constitutivos da história do Brasil. Assim, a efetivação da Lei nº 11.645/2008 no IFRO demanda ações articuladas entre políticas públicas, revisão de materiais didáticos e formação docente crítica e contínua.

Outro ponto fundamental está relacionado as instituições responsáveis pela coordenação e execução do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), sob a gestão do Ministério da Educação, para o investimento na produção e na seleção de obras elaboradas com a participação de autores e intelectuais indígenas. A inserção dessas vozes na criação dos materiais didáticos pode contribuir para a construção de imagens e narrativas históricas contextualizadas, linguagem inclusiva e conteúdo que respeitem a pluralidade sociocultural, linguística e territorial dos povos originários. Essa ação não só confere maior legitimidade epistemológica aos materiais fornecidos às escolas públicas, como também amplia as oportunidades para superar as perspectivas eurocêntricas que ainda permeiam a estrutura do conhecimento escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões historiográficas.** Revista Brasileira de História, v. 37, n. 75, p. 17–38, 2017.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

DANTAS, Ayla Vanessa Leite. Análise do livro didático de história com um olhar para a abordagem da temática indígena: avanços e equívocos. **Anais III CINTEDI.**



Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em:
<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44379>>. Acesso em: 25/02/2026.

DIAS, Adriana Machado; PELLEGRINI, Marco. **Do seu jeito**: História. Volume único. São Paulo: Editora Ática, 2024.

MONTEIRO, John Manuel. **O desafio da história indígena no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, DF: MEC: MARI: UNESCO, 1995. p. 221–228.